UMA MUDANÇA DO OLHAR EM FAVOR DO PATRIMÔNIO[1]

Beatriz O. R. Massonetto[2]
Edria Esteves[2]
Elis Granado Ferreira[2]
Elisabeth Andrade[2]
Dr. Rodrigo Christofoletti[3]

RESUMO

Acreditar na preservação da memória e na manutenção do patrimônio tornou-se, hoje, quase uma prescrição acadêmica. Em um mundo inflacionado pelos apelos de salvaguarda, espaços de discussão sobre os critérios dessa preservação são hoje oásis de resistência. Há de se preservar, mas há de se selecionar e questionar, inclusive, quais espólios, espaços, monumentos e registros merecem tal chancela. A sensibilização do olhar para o patrimônio ajudará na construção de uma sustentabilidade mais consciente e responsável, em micro ou macro escala. Espera-se, apenas, que as intervenções patrimoniais e educacionais se multipliquem ajudando na construção de cidades mais conscientes de seus bens culturais. Este texto objetiva fazer parte deste processo de conscientização.

Palavras-chave: memória; patrimônio; olhar.

A CHANGE OF LOOK IN FAVOR OF EQUITY

ABSTRACT

Believing in memory preservation and maintenance of heritage has become today almost a prescription academic. In a world inflated by appeals safeguard opportunities for discussion on the criteria that are preserving today oasis of resistance. There is to preserve, but there is question of selecting and even which spoils, spaces, monuments and records deserve such seal. The awareness of the heritage look for help in building a more conscientious, responsible sustainability in micro or macro scale. It is hoped only that interventions and educational equity multiply helping to build cities more aware of their cultural heritage. This text aims to be part of this process of awareness.

Keywords: memory, heritage; look.

---

[1] Este texto foi originalmente apresentado como trabalho de conclusão da disciplina: *Patrimônio Natural*, do curso de Pós-Graduação Lato Sensu: *Patrimônio Cultural, Memória e Preservação*, ministrada pelo Prof. Dr. Rodrigo Christofoletti, quem orientou e sugeriu a escrita deste texto reflexivo de forma coletiva. Ao querido professor, nossos agradecimentos.

[2] Alunas da segunda turma do curso de Pós-Graduação Lato Sensu: *Patrimônio Cultural, Memória e Preservação.* Universidade Santa Cecília (2012-2013).

3 Responsável pela disciplina de Patrimônio Natural e Sustentabilidade do curso de Pós-Graduação: Patrimônio Cultural, Memória e Preservação.

Entre a memória e o patrimônio: um diagnóstico

"O patrimônio se situa entre a memória e a história".
Jacques Le Goff - História e Memória

Duas perguntas rondam a cabeça de quem se preocupa com as dinâmicas de preservação dos chamados patrimônios culturais/naturais: para que não haja seu total desaparecimento devemos propiciar sua conservação por meio de políticas públicas? Teriam tais políticas públicas, capacidade de assegurar o direito à memória destes mesmos patrimônios? Esses questionamentos fazem parte das grandes demandas em relação à preservação dos patrimônios. Deve-se inferir que a própria escolha da preservação está sujeita à uma ação humana e que em certos momentos esta pode ser individual e em outros, coletiva.

Nesse sentido, refletir sobre a historicidade social coletiva através da compreensão dos bens culturais, permite que se construa uma percepção carregada de nuances e uma ação preservacionista que possibilitará assegurar uma dada memória coletiva em relação aos bens a serem preservados. Esta deve ser a base do processo de escolha e, por conseguinte, de preservação de algo entendido como relevante para uma coletividade ou um sujeito.

A palavra *memória* origina-se do grego *"mnemis"* e do latim, *"memoria"*. Nas duas formas a palavra denota significado de conservação de uma lembrança. É um termo utilizado por várias ciências sendo absorvida pelas novas correntes historiográficas. Para os gregos a memória estava relacionada à divindade, pois se referia à deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem as artes e a história.

Ainda, de acordo com Marilena Chaui a "memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais" (CHAUÍ, 2005, p. 138). Em função dessa "evocação" pela sociedade tem-se a impressão que a única maneira de preservar elementos culturais, memoráveis, seria em locais denominados "museus", a casa das musas. Há de se transcender essa questão, seja em espaços edificados ou não, pois, percebe-se que a escolha daquilo que deve ser reconhecido é fruto de uma opção momentânea individual e/ou de um grupo que detêm certo poder.

Tanto o patrimônio como a memória são realidades presentes. Não são o passado! Vieram do passado, permanecem no presente, mas não são o passado nem tão pouco presente. Esta ambivalência da memória é o que a torna tão essencialmente humana. Pode-se dizer que são marcas do passado no presente; estabelecem, uma ponte entre a tangibilidade do presente e a inacessibilidade do passado. Além disso, todo monumento está carregado e carrega uma intencionalidade. Cabe ao historiador questionar o porquê de um determinado monumento ter sido erigido e não outro. Saber o porquê de, entre inúmeros personagens e fatos aquele, especificamente, ter sido escolhido como monumento.

Se a palavra memória se origina da deusa mãe das musas, a palavra *patrimônio* também é formada por dois vocábulos greco-latinos: "*pater*" e "*nomos*", respectivamente: chefe de família e usos apropriados de algo. Ou em um sentido mais amplo, os usos de nossos antepassados. Dessa forma pode ser associada, também a bens, posses ou heranças deixados pelos chefes ou antepassados de um grupo social. Essas heranças tanto podem ser de ordem material como imaterial. Um bem cultural ou artístico também pode ser um legado de um antepassado. O vocábulo "nomos" possui a mesma origem grega que os vocábulos descritos anteriormente. Refere-se à lei, aos usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. O "nomos" relaciona-se, portanto com o grupo social. O patrimônio pode ser compreendido, portanto, como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro.

O patrimônio material protegido pelo Instituto de Preservação Histórica e Artística Nacional, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; de belas artes e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Por sua vez, a Unesco, braço cultural das Nações Unidas define o Patrimônio Cultural Imaterial como: "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural."(UNESCO, 2012) O patrimônio imaterial transmitido de geração em geração é

constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Já o conceito de Patrimônio Histórico é deveras mais amplo. Entende-se patrimônio histórico como o conjunto de bens que contam a história de uma geração por meio de sua arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transportes, obras de arte, documentos.

Até final da década de 1970, tinha caráter político/elitista. A partir de 1980, passou a ser considerado constituinte de outras etnias e grupos sociais. O Patrimônio Histórico é importante para a compreensão da identidade histórica, para que os seus bens não se desarmonizem ou desequilibrem, e para manter vivos os usos e costumes populares de uma determinada sociedade.

Duas outras definições ajudam a perceber o quanto o conceito de patrimônio se pluralizou: os patrimônios culturais e naturais fecham esta percepção sobre os bens culturais: Patrimônios culturais podem ser entendidos como o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem superstições, rituais, festas.

Por meio do patrimônio cultural é possível conscientizar os indivíduos, proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos para a compreensão da história local, adequando-os à sua própria história. Daí a sua importância. O dito patrimônio ambiental ou natural, se constitui, por sua vez, num fruto dialético da relação entre o homem, seus semelhantes e tudo o que os envolvem. Esses elementos estão em contato com o ser humano a ponto de, as vezes, até mesmo interferindo no seu cotidiano.

Apresentadas as definições há de se salientar que esses conceitos se misturam na maioria dos casos em parte ou na sua totalidade, sendo praticamente impossível criar limites nítidos e precisos para classificar um determinado patrimônio somente com uma faceta (histórico, cultural, ambiental ou natural). Daí o entendimento que talvez seja mais coerente uma interpretação social, criando o termo *patrimônio social* que contemplaria desde o momento de escolha, passando pela sua preservação e a sua importantíssima significância social.

Naturalizando o artificial e artificializando o natural

As cidades estão seguindo um modelo internacional de homogeneização que artificializa o natural. A sociedade precisa buscar a identidade da cidade por meio da preservação de suas características intrínsecas, fazendo o processo inverso da artificialização do natural. A lógica da reprodução das sociedades se utiliza da transmissão *de* sentido que forçosamente cria estereótipos do passado e faz deles um artifício para patrimonialização dos monumentos, museus e demais espaços arquitetônicos, urbanísticos e culturais. A partir desta constatação, aplica-se o princípio da reflexibilidade - citado por Jeudy - "[…] que incita toda estratégia patrimonial, promove a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade". (JEUDY, 2005, 20) Existe um equívoco sobre o que se guarda e transmite e o que se descarta. Preservar *é* conservar com uso consciente, de modo sustentável. É ter uma ação social.

Para Ulpiano Bezerra de Meneses[3] preservar traz a noção de cuidado, proteção, e também a ideia de acautelamento. A discussão sobre as mudanças no cenário urbano das cidades suscita questões como a diferenciação entre *autenticidade* e *identidade*. Em uma disputa entre ambas, o que permanece dessas mudanças? A resposta seria a identidade. Exemplos desta disputa pode ser auferido nos seguintes casos: o exemplo do uso das meias de seda por um nobre conhecido, que de tanto serem usadas sofreram remendos até o ponto de não existir mais o tecido original… Perdeu-se em autenticidade, mas manteve-se a identidade. A meia de seda deixou de ser meia de seda por causa deste fato? A meia de seda continuou sendo de seda mesmo que de seda nada houvesse mais... A identidade meia de seda foi mantida. O que modificou-se foi sua autenticidade, seu suporte enquanto algo cognoscível. Outro arquétipo é o barco de Teseu cujas pranchas foram trocadas pelo tempo até terem sido totalmente substituídas. A pergunta que se faz é: depois de todas essas mudanças, esse barco deixaria de ser o barco de Teseu? Ou ainda: Se um novo barco fosse construído a partir dos restos do barco de Teseu e por uma fatalidade viesse a se incendiar, este seria o verdadeiro barco ou o outro cujas pranchas foram alteradas? Qual seria o barco autêntico? Historicamente decidiu-se pelo barco com alterações como autêntico. Nesse sentido, Ulpiano B. de Meneses afirma que "no ocidente moderno e contemporâneo, há uma

[3]Disponível<http://www.coc.fiocruz.br/comunicacao/index.php?option=com_content&view=article&id=252#conteudo > Acessado em:<10/11/2012>.

preponderância da imanência do objeto material, dos sentidos e valores atribuídos às formas. Os objetos são sacralizados nos museus ocidentais". (MENESES, 1999, 80)

Há de se pensar que o objeto possui significado quando está inserido em um contexto social, de uso e valor, desconsiderando essa noção de sacralização e fetichização. Afinal, isolado o objeto não tem sentido, pois, perdeu sua identidade, autenticidade e função.

Por isso, entendendo que a paisagem cultural pode ser reconstruída e remodificada ao longo do tempo e que o bem cultural deve estar inserido numa visão mais abrangente e menos focado no "bem material", que muitas vezes, torna-se restritivo perceberemos então que patrimônio e a preservação são um binômio indissociável. Significa manter e fazer nascer. Conservar e transformar. Ressignificá-lo, tirá-lo da arena da corrosão do tempo.

E a partir dessa noção de tempo, conclui-se que o presente é composto de temporalidades diversas e que no patrimônio ambiental, por exemplo, a presença destas múltiplas temporalidades enriquece o presente. Por outro lado, o processo de artificialização territorial reflete a ação humana que opera sobre um meio de trabalho já constituído e a distinção entre o que se chama de natural e não-natural resulta no artificial. (SANTOS, 1986, 98)

Portanto, nem sempre paisagem é apenas e tão somente o natural, visto que o homem artificializa a paisagem. Fato que implica no que H. P. Jeudy chama de *espetacularização das cidades* enquanto processo de estetização. Melhor explicando: este embelezamento dos centros históricos, torna-se parte do modelo internacional de homogeneização de paisagens. A 'revitalização' de centros históricos de cidades brasileiras, como Salvador, que expulsou moradores e 'embelezou' o espaço restaurando fachadas para atender um plano estratégico da agência estadual de turismo, é um exemplo bastante cabal. E nesse sentido, a naturalização do artificial é o contraponto.

Para Irina Bokova, a atual Diretora Geral da Unesco, devemos entender a equação: patrimônio/preservação/extroversão como um elemento imprescindível para o desenvolvimento sustentável das cidades. Utilizando o turismo responsável como fonte de identidade, dignidade e conhecimento para as comunidades locais, todos sairão ganhando, sobretudo, a chancela do patrimônio.

O frenesi das mudanças frenéticas

As culturas estão constantemente se modificando, como se estivessem sempre em construção. E estão! A realidade dificilmente é conhecida em seu estado natural, nua e crua, porque costuma ser processada por meio dos conhecimentos individuais e coletivos de uma sociedade. "O mundo resultante da ação do homem é um mundo que não podemos chamar de natural, pois se encontra transformado pelo homem". (ARANHA, 1993, 6)

As mudanças são inevitáveis, e precisamos mudar a forma de olhar, de ver, interpretar as cidades e as paisagens culturais. Perceber que a cidade é um espaço contraditório e em constante mudança exige compreender que muitos lugares existem paralelamente no mesmo mundo. O homem contemporâneo olha e vê o seu entorno de muitas formas. Como *resignificar* o passado e a história? Como resignificar a memória individual, coletiva e histórica?

Buscando essas respostas o homem vem criando e recriando espaços de memória e acumulação de objetos que representam a sua ânsia de preservar e manter a sua cultura e identidade. Acredita-se que patrimonialização seria uma forma de nos manter salvaguardados do esquecimento.

Para Jeudy (2005) o "dever da memória" que hoje nos é imposto instaura um estado culpabilizante estimulado pela necessidade moral da rememoração. A conservação patrimonial se encarrega do deposito das lembranças e nos libera do peso da responsabilidade infligida à memória.

O patrimônio cultural, enquanto valor constituído pela sociedade é recente. Visão anuente é a apresentada por Feitoza, para quem, existe uma relação estreita entre a natureza e cultura. A busca pelo estreitamento entre a natureza e a cultura implicou na criação do patrimônio cultural, que é posterior à constituição das nações do século XIX.

O patrimônio cultural, ou mesmo histórico-cultural, tem para a sua representação três características: 1) conjunto de monumentos, documentos e objetos que constituem a memória coletiva; 2) as edificações cujo estilo desapareceu e cujos exemplares devem ser conservados a título de lembrança do passado da coletividade; 3) as instituições públicas encarregadas de zelar pelo que foi definido como patrimônio da coletividade: museus, bibliotecas, arquivos, centros de

restauro e preservação de monumentos, documentos, edificações e objetos. (FEITOZA, apud, CHAUI, 2003, 52)

A ordem simbólica do patrimônio nos aprisiona e nos obriga a um processo automático de transmissão. Jeudy (2005) assevera que esse é um dos dilemas da gestão contemporânea dos patrimônios: se o patrimônio não dispõe de um estatuto "a parte" e ele se tornou uma mercadoria como as outras (os bens culturais) e perderá seu poder simbólico. É necessário que, de alguma maneira o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos.

> "As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do ocidente capitalista e a ausência desses elementos foi considerada sinal de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída. Que elementos são esses? O Estado, o mercado e a escrita. Todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu, foram definidas como culturas "primitivas". Em outras palavras, foi introduzido um conceito de valor para distinguir as formas culturais." (VELOSO, 2006, 89)

O patrimônio não pode ser visto como uma "marca", um produto. Sua finalidade é a transmissão de uma ideia, de uma história, que tem por objetivo preservar a identidade de um povo, uma etnia. Diante das novas engrenagens avassaladoras da sociedade de consumo, que passa seu rolo compressor sobre o relevo da história e tendo em vista que as ideias relativas ao patrimônio cultural e às práticas de preservação são descendentes diretas da modernidade, carregam-se e ao mesmo tempo e produzem novas tradições.

A modernidade, a mercantilização do patrimônio que precisa responder à moda e à museificação das culturas, retrata as diferenças sobre a base de uma limpeza étnica; por isso, a exaltação da identidade étnica funda-se em uma consagração patrimonial. Tal qual um monumento histórico, a raça, o povo, a nação tornaram-se objetos patrimoniais. (JEUDY, 2005, 56)

Nesse processo vamos dando valor cada vez maior ao objeto, com a finalidade de representar as culturas e contar o passado. Nossa sociedade capitalista, tem um apego excessivo ao objeto, ao consumo. Nos tornamos uma sociedade acumuladora, que escolheu valorar muito mais os seus objetos, do que sua cultura como representação simbólica de sua identidade. Essa obsessão patrimonial nos apresenta um fato assustador, de que somos os reféns de uma transmissão governada pelos objetos. São os objetos que nos conservam. São eles que pensam e

contam a nossa história. E como membros de uma sociedade escravizada, outorgamos a eles imortalidade e poder.

Assim, discutir sobre o patrimônio cultural é mais complexo do que pode parecer à primeira vista, precisamente porque o patrimônio cultural é fruto de relações sociais definidas e, ao mesmo tempo, corporificado em alguma manifestações concretas, seja material ou imaterialmente. Contudo, o patrimônio cultural corre o risco de ser reificado, de se tornar um fetiche.

Os escritos de Jeudy vem propor não uma "coisificação" ou "objetificação" do patrimônio, não um processo de uma conservação exacerbada dos museólogos, mas sim, uma visão indulgente e viva das tradições e dos ritos, buscando a vida cultural e social, assumindo o papel de proteger e preservar as riquezas simbólicas das sociedades modernas, não permitindo uma desintegração do simbólico.

A valorização dos patrimônios imateriais, como a dança, a música, o artesanato, a culinária vem estabelecer um novo diálogo entre os diferentes sujeitos e gerações. O conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um universo simbólico e compartilhado. A identidade cultural tenta compensar as debilidade de identidade social.

Sendo assim, se faz necessário preservar e proteger a identidade cultural, de uma forma humanizada e viva. Apenas desta forma, historiadores, arqueólogos, etnólogos e interessados continuarão sua tarefa de perpetuar os símbolos e ritos, contando a nossa história, sobretudo porque continuarão acreditando na "importância de repensar os conceitos culturalmente introjetados no dia-a-dia (...) visando sua preservação política e socialmente".(PINSKY, 2003, p.547)

Patrimônio Natural entre o sistema e a catástrofe

Oura questão que ganha relevo nas discussões sobre o patrimônio é a interação estabelecida entre a preservação do planeta e a dos próprios bens. Em face da degradação ambiental do planeta, pensar o patrimônio natural, na atualidade, exige uma postura mais crítica do ser humano em relação a sua forma de se relacionar com a natureza e com os recursos naturais

não renováveis, provenientes dela, e, sobretudo, necessita um questionamento sobre o modelo de sociedade que vivemos originados desde a expansão do capitalismo. Conforme assevera o sociólogo alemão Ulrick Beck:

> "A produção social de riquezas nessa sociedade é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos, pois as tecnologias desenvolvidas têm acarretado o esgotamento dos recursos naturais renováveis e não renováveis e também são geradoras de substâncias nocivas e tóxicas que poluem o solo, a água, o ar, que contaminam os lençóis freáticos e põem em perigo a vida na Terra, em todas as suas manifestações". (BECK, 1992, 89)

O autor apresenta um cenário futuro nada promissor, ou, como ele mesmo afirma: uma verdadeira catástrofe. Interessante pensarmos a etimologia da palavra catástrofe: oriunda do grego *katastrophe*, significando um fim súbito, ou uma virada de expectativas: sua base é formada por: *kata* "para baixo" e *strophein*, "virar". Originada no antigo drama grego, era o momento em que os acontecimentos se voltavam contra o personagem principal, num movimento feito pelo coro inteiro no teatro. Neste caso, os protagonistas somos nós e o nosso futuro comum.

Diante de tal cenário, para muitos, catastrófico, não podemos dissociar patrimônio natural do sistema capitalista. Esta relação se dá marcada pela competição, disputa pelo espaço, mercado, consumo e o lucro. E nesse jogo de interesses e conflitos a preservação do patrimônio natural pode ressignificar essa relação do homem com a natureza, na possibilidade de criar um novo paradigma.

Todavia, ao contrário, esvaziado de sentido político e humano, o patrimônio pode servir apenas para reforçar, e manter o *status quo* vigente; aquilo que H.P. Jeudy entende como um fenômeno de patrimonialização, um dever de transmissão do passado, sem que esse seja fruto das relações sociais, perdendo o seu significado real, bem como, transformando-se em objeto de consumo, meramente atrelado às necessidades do mercado e do turismo internacional. Como observa Jeudy:

> "A conservação patrimonial lhe dá a certeza de uma ordem do mundo e de uma organização do sentido". "É necessário que, de alguma maneira, o patrimônio seja excluído do circuito dos valores mercadológicos, para salvar seu próprio valor simbólico". (JEUDY, 2005, 20)

Em 2006, a Unesco anunciou que 26 bens culturais e naturais da humanidade corriam o risco de desaparecer, por conta dos impactos ambientais procedentes do aquecimento global. E a

partir desse momento, implantou uma série de iniciativas para proteger o patrimônio mundial, como por exemplo a publicação de estudos de casos para saber como esses patrimônios estariam sendo afetados pelas mudanças climáticas (UNESCO, 2006), entre estes, cito dois exemplos :

- *Parque Nacional de Kilimanjaro*, na Tanzânia – que consiste no monte mais alto da África, o Kilimanjaro. A cobertura de gelo do monte existe há pelo menos 10.000 anos. Numerosos mamíferos, muitos dos quais são espécies em perigo de extinção. Inscrito na lista do patrimônio mundial em 1987, devido a sua excepcional beleza natural. A cobertura de gelo já diminuiu 82% no último século.
- *Parque Nacional de Sagamartha*, no Nepal – situa-se na Cordilheira do Himalaia, inscrito na lista em julho de 1979. Entrou na lista devido a sua geologia, biologia, estética e interação do homem com o meio ambiente. Nele encontra-se o Monte Everest. Mais da metade do parque são constituídos por montanhas cobertas de neve e rochas, espécies raras como o tigre das neves e o panda vermelho ali se encontram. Até a última década, em torno de 67% das geleiras retraíram em função das mudanças climáticas, inúmeros animais, como os tigres das neves, podem perder seu habitat natural.

Nos últimos seis anos, desde a divulgação desta listagem, o número de patrimônios naturais da humanidade em perigo só cresceu. Outros inúmeros casos foram destacados pela Unesco, tanto no âmbito do patrimônio natural, como do patrimônio construído: a cidade de Veneza é um significativo exemplo.Prestes a ser inundada definitivamente, clama por medidas que possam solucionar esta questão. Diante disso, proclama a necessidade de mobilização pública e política para atenuar os efeitos que envolvem o patrimônio mundial, além disso, entende ser de suma importância, divulgar tal situação em escala local, na tentativa de envolver as comunidades na defesa dos bens culturais, para que percebam que a degradação afeta tanto no âmbito local como internacional, e que a perda de patrimônio, configura-se como uma grande perda para toda a humanidade. (UNESCO, 2012).

Em escala internacional, os estados poderão contribuir com a redução de emissão de gases para a atmosfera. Mas, somente este tipo de ação torna a atividade preservacionista, deveras, paliativa e não atinge o âmago do problema, que neste caso, refere-se à lógica do mercado/consumo. Lutar pela preservação do patrimônio tem sido, em muitos casos, um movimento de contramão aos interesses privados. Concomitantemente, lutar pela democracia,

pelo uso do espaço e sua sustentabilidade tem sido um gesto que precisa a todo custo deixar de ser uma ação solitária.

Por este motivo, faz todo o sentido entendermos esta ação como uma necessidade coletiva, manifestação que poderá certamente traduzir o que alguns pesquisadores vem tentado demonstrar: a ideia de que " a defesa do patrimônio pede a luta pelo acesso e usufruto mais democrático da natureza e seus recursos". (SCIFONI, 2010, 34). Scifoni também defende como uma alternativa possível, a apropriação social da defesa do patrimônio, incutindo essa discussão preservação/sustentabilidade a esfera regional, valorizando, sobretudo o patrimônio local, que neste caso, não precisa ser necessariamente os grandes "monumentos" de preservação, no sentido das grandes áreas de valor estético e excepcional, embora tais patrimônios, inclusive exemplificados no texto, tenha o seu valor histórico-cultural-social para a humanidade.

Para, além disso, valorizar-preservar o que está em nosso entorno, áreas verdes, espaços arborizados, praças, parques, e qualquer outro espaço que envolva a memória coletiva e nossas práticas sociais representa, antes de tudo, uma ação de preservação do patrimônio, configurado a partir da luta contra os interesses capitalistas e mercadológicos, "seja esse do poder público ou pela voracidade imobiliária". Como aponta Scifoni:

> "Em que pese a importância das ações internacionais para a proteção dos grandes testemunhos da história da natureza no planeta, é na escala local que se pode encontrar o patrimônio como expressão das práticas sociais, um patrimônio reivindicado por sua função ligada à memória e à identidade coletiva ou como busca de qualidade de vida. É neste plano que a significação social deste patrimônio natural aparece com maior clareza, muitas vezes deixando para um segundo lugar os valores formais, como é o caso das características biológicas ou físicas ou os aspectos estéticos. Neste caso o movimento parte imediatamente do sujeito da preservação, que é a sociedade que se expressa em suas diversas frações de classe. É em nome delas e para elas que a preservação de um bem deve se orientar.".(SCIFONI, 2006, 105)

Logo, torna-se imprescindível a participação popular, que, com seu papel preponderante na defesa do nosso patrimônio, deve ser movida pela vontade da preservação de nossos bens comuns, que certamente qualificarão ainda mais a vida e a identidade de nossas vidas e das nossas gerações futuras.

Nesta esteira, defender medidas sustentáveis e uma articulação entre os ecossistemas, patrimônios e a cidadania ajudará a valorizar a diversidade, viabilziando uma convivência menos

conflituosa diante da participação efetiva da sociedade civil, na busca de soluções que envolvam a problemática do espaço urbano e do seu uso democrático-sustentável. Pensar a salvaguarda do patrimônio natural e cultural urbano poderá constituir o ponto de partida para a melhoria da qualidade de vida e a construção de modelos próprios de permanência da espécie humana. Pois, apenas desta forma o natural e o artificial poderão estabelecer convivência pacífica. Pensar coletivamente, seja, talvez, o único passaporte para a solução desta problemática. A catastrofização deste debate não pode e nem deve se restringir ao medo impresso nos filmes de cinema ou artigos extremistas da academia.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo escrito coletivamente foi discutir o quanto a reificação e a mercantilização dos nossos patrimônios tentam dominar a cena das políticas culturais. Essa nova cena cultural impõe tiranicamente uma paisagem sufocante, criando a qualquer custo 'parques históricos' de simulação do 'passado'; onde fazem circular, produzir e distribuir as novas mercadorias 'culturais' para o ávido turismo mundial. Uma nova engenharia da cultura se mostra nos domínios tanto da cultura como da natureza.

A alteração da mercantilização dos bens patrimoniais enquanto objetos de consumo para a valorização do significado de herança cultural é fundamental para a quebra de paradigma que representa o cenário globalizante da patrimonialização. Retomando a noção de documento/monumento proposta por Le Goff, "o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo [...] quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que se passa [...]" (LE GOFF, 1996, 69). Portanto, a transmissão desse legado não se dá de maneira neutra e sim impregnada de interferências dos sujeitos partícipes da ideia de perpetuação de monumentos e registros históricos. Devemos, assim, sensibilizar o nosso olhar para o patrimônio, no sentido de nos conscientizarmos para a importância que determinado bem cultural nos traz. Conseqüentemente aprenderemos a valorizá-lo e preservá-lo de maneira sustentável. Explicando de outra maneira: não devemos atrofiar a nossa reflexão, pois isto significará esterilizar nossa prática. O nosso patrimônio natural, multicultural, humano e social pode contribuir muito para que a sociedade se conheça como usufrutuária mais consciente deste planeta.

Em um mundo inflacionado pelos apelos de salvaguarda, a sensibilização do olhar para o patrimônio ajudará na construção de uma sustentabilidade mais consciente e responsável. Espera-se, apenas, que as intervenções patrimoniais e educacionais se multipliquem ajudando na construção de cidades mais conscientes de seus bens culturais. Este texto teve o intuito de sugerir uma reflexão sobre esta realidade. Que os olhos e ouvidos sensíveis e incomodados sejam o alvo dessas nossas reflexões.

Referências

ALMEIDA, A. Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Melo. Por que visitar Museus in BITTENCOURT, Circe (org). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 5 ed. São Paulo: Contexto. 2001.

ARANHA, Maria L. Arruda; MARTINS, Maria Helena P. **Filosofoando:** introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1997

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BECK , U. **Risk society. Towards a new modernity**. Londres: Sage Publications, 1992.

_____. The reinvention of politics, towards a theory of reflexive modernization. In Beck, U., Giddens, A. e Lash, S. **Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the modern social order.** Cambridge: Polity Press, 1994.

BLOCH, Marc, **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

BOAS, FRANZ. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembrança de velhos. 5 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino Médio**: ciências humanas e suas tecnologias. MEC. Brasília: MEC/Secretaria de Educação média e Tecnológica, 1999

BRASIL.**Parâmetros Curriculares Nacionais,** terceiro e quarto ciclos do ensino Fundamental. História**.**Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF. 1998.

CARSALADE, Flávio de Lemos.**Educação e Patrimônio Cultural.** Disponível em <**http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/artigos/educacao.shtml**> acessado em 23 de março de 2007

CHARPENTIER, Etiene et al. **Uma leitura dos Atos dos Apóstolos.** São Paulo: Paulinas. 1983

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** 13 ed. São Paulo: Ática. 2005.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. Disponível em < http://revolucoes.org.br/v1/seminario/marilena-chaui/cultura-democracia> acessado em 9 de novembro de 2012.

CHAUI, Marilena. Natureza, cultural, patrimônio ambiental. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte (coord.). Meio Ambiente: patrimônio cultural da USP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo imprensa oficial do Estado de São Paulo/Comissão de Patrimônio Cultural, 2003. p. 52

FEITOZA, Paulo Fernando de Britto. **Patrimônio Cultural da nação: tangível e intangível.** Disponível < http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf> acessado em 10 de novembro de 2012.

HOBEL, E Adamson; FROST, Everett L. Antropologia cultural e social. São Paulo: Ed. Cultrix. 2008.

http://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288/

JEUDY, Henri- Pierre. Espelhos da cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORGE, Virgolino Ferreira. Patrimônio e identidade Nacional. Portugal: Universidade de Évora, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 4 ed. Campinas: ed. Unicamp. 1996.

MARIUZZO, P. **A construção histórica do patrimônio público**, in **Revista Consciência** Nº 52 - Março 2004, disponível em <**http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/02.shtml**> acessado em 23 de março de 2007

MARX, Karl; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista, in. MARX, K e ENGELS, F., **Obras Escolhidas.**v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, [197?]. (p.21-47).

MONDIN, Batista. **Curso de Filosofia**. São Paulo: Paulinas, 1983

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História**,** in BITTENCOURT, Circe (org). **O Saber Histórico na Sala de Aula.** 5 ed. São Paulo: Contexto. 2001

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

REGINA, Elis. **Novo Milenium.** Rio de Janeiro: Universal Music, 2005. 1 disco compacto, (60 min) digital, estéreo. 60249822911 **Representação da UNESCO no Brasil.** Disponível em < http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage > acessado em 11 de novembro de 2012.

SCIFONI, Simone &RIBEIRO, Wagner. Patrimônio e Memória. In: **Preservar: por que e para quem?** UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 105.

SEIXAS, Raul; COELHO, Paulo. **Há 10 mil anos atrás**, Guanabara: Philips, 1976. 1 disco (39:40 min) 33 1/3 rpm, microssulco,estéreo, 6349 300.

VELOSO, Mariza. **O fetiche do patrimônio**. Disponível em < http://revistas.pucgoias.edu.br/index.php /habitus/article/viewFile/363/301> acessado em 10 de novembro de 2012.